MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 2017

O planejamento das ações do Ministério Público, consiste no processo racional para definir objetivos com vista ao atendimento de diversas demandas, sendo materializado por meio do Plano Plurianual (PPA). Este instrumento permite organizar as ações na forma de programas orientados para a consecução dos objetivos propostos.

Através da Lei nº 7.798 de 06 de abril de 2016, o Governo do Estado de Alagoas, por meio da Secretaria de Planejamento, com a participação dos Órgão e entidades da administração pública, instituiu seu PPA para o quadriênio-2016-2019, onde todas as ações do Ministério Público, como também dos outros poderes, estão contempladas nesta.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, nº 7.805 de 21 de junho de 2016, estabeleceu as diretrizes do Estado de Alagoas para o exercício financeiro de 2017, nos termos do § 2º do art. 176, da Constituição Estadual.

De acordo com o art. 2º da Lei nº 7.805 de 21 de junho de 2016, as metas e prioridades para o exercício financeiro 2017 foram definidas no anexo de Metas e prioridades ao Projeto de Lei – LDO.

A Lei Orçamentária Anual – LOA nº 7.871 de 19 de janeiro de 2017, foi elaborada de conformidade com as orientações da LDO e os preceitos técnicos formais das normas do direito financeiro, onde estima-se a receita e fixa a despesa de igual valor, contemplando os poderes: Executivo, Legislativo – Assembleia , Tribunal de Contas, Judiciário, bem como o Ministério Público.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Fundo Especial do Ministério Público estimou para o exercício de 2017, uma receita de R$ 1.625.000,00 (um milhão seiscentos e vinte e cinco mil reais).

ORÇAMENTO APROVADO X ORÇAMENTO EXECUTADO

EXERCÍCIO	Estado de Alagoas	FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO		
	Orçamento Aprovado	Orçamento Aprovado	Orçamento Atualizado	Orçamento Executado
2015	8.334.308.547,00	625.000,00	625.000,00	84.519,51
2016	8.419.876.246,00	625.000,00	625.000,00	57.278,80
2017	10.242.454.224,00	1.625.000,00	2.814.884,00	2.752.265,00

Fonte: Siafem

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ORÇAMENTO POR GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA
APROVADO X EXECUTADO

O quadro abaixo demonstra os montantes orçamentários aprovado, suas alterações e o orçamento executado, por grupo de Natureza da Despesas:

Ano	Demo Orçamento	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização Dívida	Total
2015	Aprovado			135.000,00	490.000,00			625.000,00
	Atualizado			135.000,00	490.000,00			625.000,00
	Executado			,00	84.219,51			84.219,51
2016	Aprovado			98.790,00	526.210,00			625.000,00
	Atualizado			98.790,00	526.210,00			625.000,00
	Executado			2.821,00	54.457,80			57.278,80
2017	Aprovado			295.000,00	1.330.000,00			1.625.000,00
	Atualizado			69.900,00	2.744.944,00			2.814.844,00
	Executado			15.845,00	2.736.420,00			2.752.265,00

O quadro abaixo demonstra o percentual do orçamento aprovado, orçamento atualizado e executado no exercício 2017.

	APROVADO	%	ATUALIZADO	%	EXECUTADO	%
ORÇAMENTO TOTAL	1.625.000,00	100	2.814.844,00	100	2.752.265,00	97,78%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	,00	0,00%	,00	0,00%	,00	0,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	295.000,00	18,15%	69.900,00	2,48%	15.845,00	0,56%
INVESTIMENTOS	1.330.000,00	81,85%	2.744.944,00	97,52%	2.736.420,00	97,21%

A despesa orçamentária executada no ano de 2017 foi de R$ 2.752.265,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais) considerando-se Outras Despesas Correntes e Investimento.

Outras despesas correntes
No que diz respeito aos R$ 15.845,00 (quinze mil oitocentos e quarenta e cinco reais) executados em 2017, é referente à inscrição de servidores em cursos de capacitação.

Despesas de Capital

Em relação aos R$ 2.736.420,00 (dois milhões, setecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e vinte reais), foram executadas despesas com aquisição de veículos e equipamento de processamento de dados.

PRINCIPAIS ITENS DAS DESPESAS DE CAPITAL

VEÍCULO DE TRAÇÃO MECÂNICA	R$ 1.118.520,00
EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R$ 1.617.900,00

RECEITAS FEMPEAL

Multas e juros por descumprimento de TAC

O Ministério Público do Estado de Alagoas, através TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público e as empresas Quality In Tabacos Indústria e Comércio de Cigarros (processo PGJ nº 152/2017) e R F Construções (processo PGJ nº 153/2017) pela atuação do GAESF – Grupo de Atuação Especial em Sonegação Fiscal e Lavagem de Bens, recebeu respectivamente os valores de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), totalizando R$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais) para aquisição de Equipamentos e Material Permanente.

Leilão dos bens inservíveis do Ministério Público

Processo PGJ nº 197/2017 – R$ 103.200,00 (cento e três mil e duzentos reais)

Receita da terceirização da folha de pagamento de pessoal do Ministério Público

Processo de licitação PGJ nº 132/2017 – contrato nº 39/2017 – R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS FEMPEAL

RECEITAS	VALORES (R$)
Remuneração de depósitos bancários	71.567,85
Multas por descumprimento de TAC	265.000,00
Rec. Terceirização da Folha de Pgto	1.300.000,00
Alienação de veículos	92.000,00
Alienação de Bens móveis e Utensílios	1.000,00
Alienação de Maq. Apar. E Equip.	2.800,00
Alienação de Outros Bens Móveis	7.200,00
TOTAL	1.739.567,85

Priscilla Gonçalves Tenório Lins Teixeira
Diretora de Controladoria Interna/MPAL